

**FRANCISCO FERNANDES PALHA JÚNIOR, O “DELEGADO CHICO PALHA” (1891-1964): A CONSTRUÇÃO DO HERÓI PELAS MANCHETES CARIOCAS.**

**FRANCISCO FERNANDES PALHA JÚNIOR, “DELEGATE CHICO PALHA” (1891-1964): THE CONSTRUCTION OF THE MYTH THROUGH RIO DE JANEIRO HEADLINES.**

107

Gabriel Braz de Oliveira<sup>1</sup>

Resumo

O presente artigo tem por objetivo associar o cotidiano de trabalho da Polícia Civil do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, à cobertura dos eventos feita pelos principais periódicos impressos na cidade na primeira metade do século XX. Para tanto, acompanha a trajetória profissional noticiada do guarda civil e investigador de polícia Francisco Fernandes Palha Júnior, vulgo Chico Palha. O caráter majoritariamente apologético de tais manchetes aponta para um projeto de valorização da imagem pública do policial, marcada pela sua personalidade atrabiliária e por seus métodos investigativos violentos. Fundamentada na *Teoria do Agendamento*, compreende-se que a imprensa tenha sido copartícipe no processo de construção do mito do herói. Mesmo após 60 anos da morte do ex-policial, o nome e as lembranças das suas ações permanecem vivos na memória em decorrência do sucesso alcançado pelo samba na virada do século, composto por dois de seus antigos detratores.

Palavras-chave: história da Polícia Civil do Rio de Janeiro; noticiário policial; a polícia no samba; Agendamento; Chico Palha.

---

<sup>1</sup> Professor de Ensino Fundamental (PEF História) na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Especialista em Metodologia do Ensino de História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharel e Licenciado pelo Instituto de História da UFRJ (IH/UFRJ). Foi bolsista da CAPES de 2020 até 2022 e bolsista PIBIC/CNPq de 2015 a 2020. Esteve vinculado ao Programa de Estudos Medievais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEM/UFRJ). Durante o Mestrado, investigou a produção imagética da Ordem dos Frades Menores durante meados do século XIII. O atual interesse de pesquisa é a relação entre a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a grande imprensa carioca em diferentes períodos do século XX: na Primeira República, Era Vargas, Redemocratização (1945-1964) e Ditadura Militar.

## Abstract

This article aims to associate the daily work of the Civil Police of Rio de Janeiro, city that was then the Federal District, with the coverage of events made by the main newspapers printed in the city in the first half of the 20th century. To this end, it follows the professional career of the civil guard and police investigator Francisco Fernandes Palha Júnior, aka Chico Palha. The largely apologetic nature of such headlines points to a project to enhance the public image of the police officer, marked by his melancholic personality and his violent investigative methods. Based on the Theory of Agenda Setting, it is understandable that the press was a co-participant in the process of constructing the hero myth. Even 60 years after the death of the former police officer, his name and memories of his actions remain alive in people's minds due to the success achieved by the samba at the turn of the century, composed by two of his former detractors.

**Keywords:** history of the Civil Police of Rio de Janeiro; police news; the police in samba; Agenda Setting; Chico Palha.

## Introdução

Francisco Fernandes Palha Júnior (1891-1964), mais conhecido nos meios policiais e pelas ruas suburbanas cariocas pela alcunha de "Chico Palha", filho do comerciante homônimo português Francisco Fernandes Palha e da carioca Clara de Oliveira Palha, foi um midiático policial civil da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nas décadas de 1920 a 1940. Presença marcante no noticiário impresso da época, as citações diretas ao seu nome nos periódicos se aproximam de 900. Conhecido principalmente no subúrbio carioca (especialmente Madureira e Méier), conquistou fama e notoriedade, dentro e fora da polícia. Já próximo do fim da sua carreira, foi acusado de comandar um esquema de recebimento de propina para facilitar o jogo do bicho dentro de sua jurisdição. Julgado e condenado, foi preso e expulso da corporação, caindo no anonimato após cumprir a sentença determinada.

Diante dessa intrigante trajetória, algumas questões impulsionaram as reflexões da investigação: Por que o cotidiano profissional desse antigo policial civil do Rio de Janeiro foi amplamente coberto pela imprensa impressa carioca da primeira metade do século passado? Qual é o papel desempenhado pelos periódicos no antigo Distrito Federal

a respeito da segurança pública e do modelo ideal de polícia? A pesquisa tem por objetivo demonstrar os fatores que perpassam e configuram a relação entre a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a imprensa escrita em três décadas do século XX, acompanhando a trajetória profissional de um antigo membro de destaque dentro do corpo policial.

O artigo está estruturado em quatro partes: na primeira, apresento as circunstâncias para a delimitação do objeto da pesquisa. Na sequência, apresento a trajetória profissional, seus primeiros passos como agente público de segurança e seu ingresso por concurso público para a Polícia Civil do então Distrito Federal. Encerrando o artigo, o foco da investigação passa a ser a principal fonte de informações sobre a atuação do policial: a repercussão dos casos policiais nos periódicos cariocas. Foram organizadas cronologicamente e classificadas as notícias veiculadas pela imprensa impressa carioca desde o primeiro ano como agente de segurança até a última notícia repercutindo o julgamento que resultou na sua demissão em 1943. Foi privilegiada uma abordagem quantitativa da documentação, devido ao número elevado de registros e evitando extrapolar o caráter introdutório proposto para o artigo. A seção final, por sua vez, agrega as primeiras conclusões oriundas de um olhar qualitativo, sustentado em fundamentos teóricos e metodológicos desdobrados ao longo da discussão.

É fundamental salientar que a pesquisa não tem por objetivo promover um ataque à memória desse policial já falecido. Muito menos procura despertar algo parecido com um revanchismo. Embora se parta da constatação de que o servidor público violou Direitos Humanos no exercício do trabalho, trata-se de uma investigação cujo foco principal de análise é a relação entre imprensa e polícia em meados do século passado na cidade do Rio de Janeiro. O viés crítico do texto recai principalmente sobre o nível institucional. Discute-se como as ações desse agente foram legitimadas pelo Estado ao conseguir promoções em sua carreira na Polícia Civil, ainda que o uso rotineiro da violência fosse uma característica conhecida dos seus métodos. Exaltação replicada paralelamente nas manchetes policiais dos diários de maior circulação na cidade.

### **O samba e o acaso como pontapés da pesquisa**

As circunstâncias para o início da pesquisa se deram de uma maneira completamente fortuita. No ano de 2020, quando cursava o primeiro ano do Mestrado, realizei uma disciplina intitulada “Intolerância Religiosa no Brasil” ministrada pelo Professor Doutor Babalawô Ivanir dos Santos. Como última leitura da ementa curricular,

foi sugerida pelo docente a leitura do capítulo final da sua própria Tese de Doutorado, justamente por abordar em seu cerne a temática da intolerância. Ao discutir a construção histórica dos subúrbios e do centro da cidade como espaços condicionados para a manifestação das práticas religiosas de matrizes africanas, Santos constrói à seguinte passagem:

[...] como podemos observar por meio da publicação do jornal Diário da Noite que, em 3 de dezembro de 1930 (ano 2, n. 360, 1. ed., p. 5), denunciou e condicionou o subúrbio a “paraísos das macumbas” (DIÁRIO DA NOITE, ano 2, n. 360, 1. ed., p. 5, 1930). Segundo o referido jornal, nos arredores da estação ferroviária de Bento Ribeiro, estava em curso o desenvolvimento de jogos e de macumba, devido ao abandono e ao descaso dos policiais do 23º Distrito Policial. A denúncia, que ganhou meia página do referido jornal, ecoou nas esferas públicas e, três dias após a veiculação da matéria, o delegado Carlos Toledo e o investigador Francisco Palha assumiram a administração da região e iniciaram um processo de “saneamento”, que configurou as primeiras décadas do século 20 e que ressoou, principalmente, nos morros e cortiços da cidade do Rio de Janeiro (Santos, 2019, p. 231).

A curiosidade em saber mais a respeito da citada política de saneamento, aliada a uma certa suspeita sobre a intrigante figura do investigador Francisco Palha, levou-me a investigar os registros dos personagens. Saltou-me aos olhos o nome do investigador. Como não poderia deixar de ser, imediatamente me veio a dúvida se o policial envolvido no episódio era o mesmo presente na letra do samba “*Delegado Chico Palha*”, de autoria de Nílton Campolino e Tio Hélio, tradicionalmente datado no ano de 1938. (Santos, 2022; Nascimento, 2019; Dantas, 2018; Fonseca, 2018; Moraes, 2017).

Delegado Chico Palha  
Sem alma, sem coração  
Não quer samba nem curimba  
Na sua jurisdição

Ele não prendia  
Só batia

Era um homem muito forte  
Com um gênio violento  
Acabava a festa a pau  
Ainda quebrava os instrumentos

Ele não prendia  
Só batia

Os malandros da Portela  
Da Serrinha e da Congonha  
Pra ele eram vagabundos  
E as mulheres sem-vergonhas

Ele não prendia  
Só batia

A curimba ganhou terreiro  
O samba ganhou escola  
Ele expulso da polícia  
Vivia pedindo esmola  
(Campolino e Santos, 2000).

O samba foi gravado pela primeira vez por Zeca Pagodinho em 2000, mas a história pregressa da música remonta a mais de meio século antes. Em um Rio de Janeiro da década de 40, período mais provável para a composição do samba citando Chico Palha, artistas e gravadoras, situadas nas regiões centrais da cidade, não manifestaram interesse em gravar um samba composto por dois trabalhadores pretos e pobres da Serrinha sobre um policial muito conhecido pela sua atuação nos subúrbios. Esse anonimato se estendeu a outras composições da parceria Nilton Campolino e Tio Hélio que não dependiam de música para retirarem o seu sustento.

As informações mais confiáveis a respeito das circunstâncias para elaboração do samba partem da família do policial Francisco Palha. Localizada pelas redes sociais, a família não só confirmou seus laços com o antigo policial, como reforçou e trouxe episódios de violação de Direitos Humanos excluídos das manchetes policiais ao compartilharem um texto não publicado de autoria própria. Escrito por dois netos de Chico Palha, o artigo mescla episódios presentes em manchetes de jornal, elementos ficcionais e memórias extraídas de conversas com o próprio policial e demais familiares.

Organizada cronologicamente, a narrativa é iniciada em Portugal, onde resgatam a ascendência lusitana da família Palha ao contarem a trajetória do patriarca, o português Francisco Palha. Em um segundo momento, destacam como as dificuldades econômicas e a perspectiva de uma vida melhor atraem o jovem português para o Rio de Janeiro. Em um terceiro momento, contam sobre a chegada, adaptação à nova cidade, o trabalho, o casamento e a constituição de sua família numerosa. Do meio para o fim, o protagonista da trama muda e passa a ser o seu primogênito homônimo, Francisco Fernandes Palha Júnior, o alvo dessa pesquisa. São narradas algumas passagens da vida pessoal, mas sobretudo profissional de Palha Júnior na Polícia Civil do Distrito Federal. A maior contribuição do testemunho familiar corresponde ao período em que a imprensa carioca já não tinha mais interesse pela figura (Palha e Palha, 2020).

Após ser solto da condenação a um ano de prisão, o policial foi morar com a sua amante na rua Sidônio Paes, em Cascadura, e para sobreviver passou a fabricar balas de coco carameladas e vendê-las na ponte da linha do trem. Passando pelo período mais turbulento da sua vida, incluindo tentativas de suicídio, abandonou o negócio das balas de coco e passou a servir pensão em casa. Foi nessa ocasião, que uma dupla de compositores, do Morro da Serrinha, escreveu um samba contando da sua fama. É feita a ressalva que a composição teria fantasiado um período de mendicância após a expulsão da polícia, o qual supostamente não correspondeu aos fatos (Palha e Palha, 2020, p. 29-30).

Além de possibilitar conhecer outras narrativas que extrapolam o samba popularizado por Zeca Pagodinho, a versão da família reverbera um questionamento inicial sobre a datação do samba. Quando conhecida a data de prisão e soltura do policial pelas manchetes, indagou-se a respeito da datação tradicionalmente atribuída do samba para o ano de 1938, uma vez que o policial apenas foi preso e expulso no ano de 1943, embora a música já fizesse menção ao episódio.

Outro aspecto que desacredita o ano de 1938 como o da composição do samba é a suposta idade que teria na época um dos compositores. De acordo com o *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*, Nílton da Silva, o Nílton Campolino, teria nascido em 1926 (DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, 2019). Logo, em 1938, teria composto o samba junto com Tio Hélio por volta dos 11 ou 12 anos de idade, o que é difícil de acreditar pela restrição da presença de crianças no meio do samba na época. Sendo assim, a datação do samba de Tio Hélio e Campolino, ainda que aproximada, é mais crível para a década de 1940.

### **O investigador que não era delegado: a trajetória profissional**

Os primeiros passos de Francisco Palha como agente público de segurança foram em um já extinto corpo de segurança, exclusivo da cidade do Rio de Janeiro, a Guarda Civil. Há cerca de quinze anos antes do seu ingresso, o serviço policial do Distrito Federal passa por uma profunda reforma durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906). Por meio da Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902, entre outros pontos, o Poder Executivo foi autorizado a “reorganizar a polícia do Distrito Federal, dividindo-a em civil e militar”. A Polícia Civil ficaria subordinada imediatamente ao chefe de polícia, sendo exercida pelos delegados auxiliares, pelos delegados das circunscrições urbanas e

suburbanas e seus suplentes, inspetores seccionais, agentes de segurança e por uma guarda civil, composta de: um chefe, um subchefe, um almoxarife e 1500 guardas divididos entre os de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> classes (Brasil, 1902).

Pouco mais de 2 meses depois, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903, elencando as repartições policiais a partir da nova organização, bem como a “competencia, attribuições e deveres das autoridades e funcionarios” (BRASIL, 1903). Ademais, o decreto sancionou as provas para ingresso nos diversos cargos policiais, regime disciplinar e vencimentos. Conforme indicado por Cyro da Silva, a corporação policial contava com homens em uniformes, destinados ao policiamento do centro da cidade do Rio de Janeiro. Ela teria sido inspirada na Guarda Urbana da Polícia da Corte, brigada criada em 1866 e extinta com o advento republicano. A nova corporação, integrada por servidores de estatuto civil, estava subordinada ao Ministério do Interior e à Polícia Civil do Distrito Federal. (Silva, 2021, p. 75).

Divididos em três classes “conforme o maior gráo de instrução, e a melhor idoneidade moral e profissional” (Brasil, 1903), aos agentes não era exigido nenhum processo seletivo e a prerrogativa indicativa era uma exclusividade do Chefe de Polícia. O ocupante do cargo era o responsável pela nomeação, promoção e demissão dos servidores. O artigo 18 do Decreto de 1903 elencava os pré-requisitos exigidos para a função:

- a) ser cidadão brasileiro;
- b) ser maior de 21 e menor de 50 annos;
- c) saber ler e escrever;
- d) ser de reconhecida moralidade e bom comportamento;
- e) não soffrer de molestia que impossibilite o desempenho do serviço;
- f) ter residencia por mais de um anno no Districto Federal;
- g) não ter sido condemnado nem estar sendo processado em Juizo Criminal. (Brasil, 1903).

A criação da Guarda Civil deve ser vista como um dos ramos da política reformista que teve como alvo as áreas centrais do Rio de Janeiro no início do século XX. O historiador Marcos Bretas classifica a Guarda como um projeto de governo de uma polícia alternativa e concorrente à Polícia Militar. Diante da má avaliação do trabalho ostensivo diário, principalmente após os confrontos ocorridos em novembro de 1904, no que ficou conhecido como A Revolta da Vacina, o projeto saiu do papel e efetivamente iniciou seus trabalhos somente em 1905 (Bretas, 1997, p. 49). Diferente do que estava previsto na lei e no decreto mencionados, os poucos recursos para a sua operação fazem com que em

1907 a corporação tenha em seus quadros apenas 600 dos 1500 guardas previamente planejados (Bretas, 1997, p. 54).

As condições para a seleção de Palha Júnior para a Guarda Civil são desconhecidas. O que se sabe é que em 28 de abril de 1917, Joaquim Potyguara de Macedo, o inspetor geral da Guarda Civil do Distrito Federal, o posto mais alto da instituição, encaminha o ofício nº 1018 ao então Chefe de Polícia Aurelino de Araújo Leal propondo que seja nomeado guarda civil de reserva Francisco Fernandes Palha Júnior. De acordo com Potyguara, o candidato “preencheu todas as exigências regulamentares e é bom candidato”. Dois dias depois, foi oficialmente nomeado como Guarda Civil e convocado a comparecer a comparecer à secretaria da corporação o mais breve possível (Macedo, 1917).<sup>2</sup>

Os guardas envergavam garbosos uniformes, eram transportados em veículos motorizados, supervisionados por fiscais que circulavam com bicicletas novas e eram designados para o policiamento do centro da cidade e dos principais edifícios (Bretas, 1997, p. 55). O sucesso imediato da Guarda Civil não foi suficiente para assegurar o seu futuro. Quando o ímpeto modernizador do início do século arrefeceu, a guarda viu-se confrontada com a realidade de uma irmã mais poderosa, a polícia militar, e não conseguiu se expandir. O seu efetivo continuou limitado a 1.000 homens, com pequenas alterações (Bretas, 1997, p. 57).

Um primeiro vislumbre de oportunidade de seguir carreira na Polícia Civil veio no dia 17 de julho de 1920, quando foi publicado o edital do concurso de investigador da Inspetoria de Investigação e de Segurança Pública do Distrito Federal. O documento exigia os seguintes pré-requisitos aos candidatos:

- I. Ser brasileiro;
- II. Ser maior de 21 anos e menor de 45;
- III. Residir por mais de um anno no Districto Federal;
- IV. Não ter sido condemnado nem estar processado em Juizo Criminal, por folha corrida do Gabinete de Identificação e de Estatística;
- V. Ser Vaccinado;
- VI. Não soffrer de moléstia contagiosa nem ter defeito que o inhabilite para o desempenho dessas funcções;
- VII. Ter a necessaria robustez physica;
- VIII. Ser de reconhecida idoneidade moral; (SECRETARIA DA POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL, 1920).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Acervo permanente do Arquivo Nacional. Notação: BR ANRIO IJ6 622.

<sup>3</sup> Acervo permanente do Arquivo Nacional. Notação: BR ANRIO IJ6 553.

O edital previu ainda os tipos de prova e as temáticas abordadas. As provas escritas seriam de noções de língua vernácula e aritmética até proporções. As provas orais avaliariam conhecimento de organização e do serviço policial e noções do Código Penal. A prova prática exigiria noções de datiloscopia (SECRETARIA DA POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL, 1920).

O edital foi elaborado com base no Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, que estabeleceu um novo regulamento para a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal (Brasil, 1920) A Inspetoria foi uma repartição criada para centralizar e coordenar as atividades de investigação criminal e segurança pública no Distrito Federal.

O decreto detalhava a estrutura organizacional da Inspetoria, incluindo os cargos, funções e procedimentos operacionais. As principais atribuições da Inspetoria incluíam a investigação de crimes, a manutenção da ordem pública e a cooperação com outras forças de segurança. Isso incluía a troca de informações, a realização de operações conjuntas e o apoio mútuo em emergências. Ademais, especificava os procedimentos a serem seguidos durante as investigações, incluindo a coleta de provas, a detenção de suspeitos e a elaboração de relatórios.

Apesar do lançamento do edital em meados de 1920, as provas só aconteceram quase um ano e meio depois. Em dezembro de 1921, Francisco Palha candidatou-se à vaga de investigador de polícia de 3ª classe pela Inspetoria de Segurança Pública. Foi aprovado em 5º lugar e a homologação desse resultado foi publicado na edição do Diário Oficial de 29 de dezembro e noticiada em vários periódicos da grande imprensa carioca. A partir desse momento, torna-se investigador/detetive da Polícia Civil do Distrito Federal ganhando notoriedade na região do 23º Distrito Policial que compreendia Madureira e adjacências.

As principais atribuições do cargo de investigador estavam previstas no capítulo VI do referido decreto. Segue abaixo uma síntese com os principais artigos que regulamentavam a função:

**Artigo 25:** Os deveres dos investigadores incluem:

1. Comparecer diariamente ao trabalho e registrar presença, exceto quando em missão externa.
2. Vigiar proativamente para prevenir crimes e contravenções.
3. Auxiliar as autoridades policiais na investigação de crimes, indo além das ordens recebidas.
4. Informar o inspetor sobre crimes e ocorrências graves.

5. Executar suas tarefas com diligência e honestidade, seguindo as ordens superiores.
6. Prender ou garantir a prisão de criminosos em flagrante, indivíduos com mandado de prisão, acusados de crimes graves e condenados.
7. Assegurar a detenção e apresentação rápida à autoridade competente de ladrões conhecidos, pessoas com ferramentas de roubo, menores perdidos ou vagabundos, bêbados, vadios, capoeiras, perturbadores da ordem pública, líderes de reuniões ilícitas e “prostitutas escandalosas”.

**Artigo 28:** Os funcionários da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública não podem revelar seus nomes a estranhos ou divulgá-los oficialmente, independentemente das diligências em que tenham participado. Para garantir o cumprimento dessa regra, cada investigador receberá um número de matrícula na repartição (Brasil, 1920).

A Inspetoria era um desdobramento de um quadro de policiais já presente no texto reformista de 1907 denominado Corpo de Investigação. Enquanto a Polícia Militar e a Guarda Civil eram responsáveis pelo patrulhamento da cidade, o Corpo de Investigação era composto pelo policial disfarçado atuando como detetive. A figura do detetive de polícia surgiu em 1892, mas foi em 1907 que passou por mudanças significativas. A nova legislação criou um corpo de investigação composto por 80 agentes, supervisionados por um inspetor e subordinados ao chefe de polícia. Esses agentes tinham autoridade em todo o território do Distrito Federal e podiam se ausentar em missões, desde que autorizados pelo inspetor (Bretas, 1997, p. 57-58). Tornar-se-ia da maior importância a partir do início da década de 1920, quando a polícia política é configurada como uma resposta ao Tenentismo. Uma estrutura mais oficial foi conferida pelo Decreto 14079 que elevou o *status* da inspetoria e lhe atribuiu um quadro de 225 investigadores (Bretas, 1997, p. 59). Nesse cenário, no início de 1922, ingressa no corpo de investigadores como o de número 43, lotado no 23º Distrito Policial com sede em Madureira, ainda que a numeração para garantir o anonimato exigido não tenha tido um efeito na prática, como veremos.

A Inspetoria deveria se adequar a uma estrutura administrativa pré-existente dentro da polícia do Distrito Federal. O chefe de polícia era a autoridade máxima do órgão, nomeado pelo presidente e escolhido entre advogados com mais de dez anos de prática ou reconhecido conhecimento na área policial. Este cargo era assistido por três delegados auxiliares, e a partir de 1922, por quatro, que se revezavam em plantões de 24 horas na polícia central, representando o chefe em sua ausência (Bretas, 1997, p. 50-51). Abaixo do chefe de polícia e dos delegados auxiliares, o Decreto 6440 de 30 de março de 1907 regulamentou as 28 divisões administrativas da polícia no Distrito Federal, conhecidas como distritos policiais. Posteriormente, foram criados mais dois distritos: o

29º em dezembro de 1907 e o 30º em janeiro de 1916 (Bretas, 1997, p. 28). Os vinte e oito delegados, recrutados entre advogados com dois anos de prática, eram os principais responsáveis pelas áreas específicas da cidade (Bretas, 1997, p. 51).

Quando a Primeira República finda em 1930, a polícia do Rio de Janeiro, sob a liderança de Coriolano de Góes, estava bastante burocratizada. Para Bretas é possível perceber um processo intensificado de “institucionalização no trabalho policial” (Bretas, 1997, p. 79). É notório para exemplificar tal mudança um novo tipo de policial: o agente das delegacias especializadas, que tinha considerável liberdade em suas atividades. O aumento no efetivo de investigadores constatado a partir do decreto de 1920 e que se prolongou nos anos Vargas teria compartilhado responsabilidades, retirando parte da carga dos ombros dos delegados e seus subordinados nos distritos, que antes precisavam dedicar parte de seu tempo a campanhas repressivas nas áreas de interesse do chefe de polícia. Agora, eles teriam mais tempo para despender nas tarefas diárias, no trabalho administrativo da polícia e no policiamento comum.

Embora tenha pontuado em seu livro uma característica do trabalho policial nas delegacias distritais que avança para o pós-1930, o comportamento das polícias na cidade durante a Era Vargas foi analisado com maior detalhamento por Elizabeth Cancelli. Para a historiadora, a polícia passou a ser organizada como o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço executivo de um novo projeto político ditatorial. A ligação da polícia com Vargas foi crucial para um Estado delineado com as características dos 15 anos de governo Vargas. Como braço executivo do regime, a polícia aparece claramente em toda a estratégia de ação e de domínio. (Cancelli, 1994, p. 47). Todo o aparato burocrático, nas décadas de 1930 e 1940, subordinado à Chefia de Polícia do Distrito Federal superou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça, exercendo controle direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais (Cancelli, 1994, p. 51-52).

Após mais de dez anos lotado no 23º D.P., com esporádicos períodos curtos cedido a outras jurisdições, com enorme notabilidade na região de Madureira e adjacências, em abril de 1933, Francisco Palha foi transferido para o 19º D.P., com sede no Méier. Pouco tempo depois foi nomeado pela Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil como investigador de 1ª classe, passando a chefiar uma equipe de investigadores na Subseção de Vigilância do Méier, sediada dentro da delegacia do 19º D.P.

O Decreto de 1940 previa as responsabilidades do investigador responsável por seção, o que passou a ser a condição de Chico Palha após sua transferência para o Méier:

**Artigo 22:** Os investigadores responsáveis por uma seção têm os seguintes deveres:

1. Supervisionar diretamente os serviços da seção.
2. Garantir o cumprimento das ordens recebidas, informando ao subinspetor responsável todas as ocorrências.
3. Substituir o investigador que não puder continuar no serviço.
4. Cumprir e fazer cumprir rapidamente as ordens recebidas.
5. Manter sigilo sobre os serviços sob sua responsabilidade.
6. Informar ao subinspetor sobre as faltas cometidas pelos investigadores da seção, bem como sobre os serviços relevantes prestados.
7. Comunicar as faltas dos investigadores ao serviço.

**Artigo 23:** O investigador responsável por uma seção será substituído, em caso de impedimento ou ausência, por outro investigador de 1ª classe designado pelo inspetor, considerando a natureza técnica do cargo (Brasil, 1920).

Na Diretoria Geral de Investigações, realizava-se o trabalho interno e especializado da polícia. Este departamento incluía o Instituto de Identificação e Estatística Criminal, o Instituto Médico-legal e o Gabinete de Pesquisas Científicas, que forneciam suporte técnico às investigações. A estrutura da diretoria era bastante diversificada, contando com 45 investigadores de primeira classe, 80 de segunda e 100 de terceira na sua parte geral. Além disso, incluía dois antropologistas, quatro fotógrafos, dois peritos e 55 identificadores do Instituto de Identificação Criminal, dois químicos do Gabinete de Pesquisas Científicas, 15 médicos e dois modeladores do Instituto Médico-legal (Cancelli, 1994, p. 54).

Na prática, a atuação de Palha Júnior com a mudança de função representou mais uma burocratização das suas atividades do que uma especialização técnica dos métodos empregados nas diligências. Com jornadas diárias mais restritas à sede da D.G.I no Méier, ao invés de liderar rondas, apreensões e prisões, o policiamento ostensivo, na maior parte dos registros encontrados, era efetuado pelo grupo de investigadores subordinados a ele. Uma das suas mais novas atribuições era a escrita dos relatórios relativos aos trabalhos da repartição a serem encaminhados à Chefatura de Polícia. Os números exorbitantes de prisões dos documentos eram estampados também em alguns dos principais jornais em circulação na cidade, o que demonstrava que o encarceramento em massa servia como propaganda do *modus operandi* de Chico Palha, agora em função de chefia.

Passados dez anos desde a sua transferência de Madureira para o Méier e mais de vinte desde o seu ingresso na Polícia Civil, Palha teve o destino que é zombado no samba de Nilton Campolino e Tio Hélio. O jogo do bicho foi tratado pelos jornais da época como um dos muitos alvos das diligências comandadas por Palha Júnior. Foi justamente uma associação com esses supostos inimigos declarados a responsável por desmoronar a carreira do policial em seu auge.

A permanência de Chico Palha à frente da D.G.I do Meier durou até o ano de 1943. Pode-se dizer que esse é o ano em que o investigador sai do estrelato e vai para o anonimato. A seguir uma síntese cronológica contendo informações noticiadas pela imprensa e aquelas contidas em um prontuário localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup> (DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL, 1943).

- 18/02/1943: ofício expedido pela Delegacia de Estrangeiros e encaminhado ao Delegado Especial solicitando a prisão do detetive em completa incomunicabilidade devido a investigações procedidas naquela delegacia.
- 19/02/1943: Às 02:45 é recolhido à sala de detidos da Delegacia de Estrangeiros.
- 08/03/1943: O prontuário é apresentado à Enfermaria Filinto Müller para tratamento de saúde.
- 13/03/1943: É transferido da enfermaria para o Hospital da Polícia Militar (crise de diabetes).
- 16/03/1943: Recebe alta do hospital e é imediatamente transferido para o Quartel do Regimento de Cavalaria onde deverá permanecer preso.
- 05/05/1943: Processo administrativo instaurado na 2ª Delegacia Auxiliar. O Chefe de Polícia, Coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, designou o 2º Delegado Auxiliar Fausto Barreto da Câmara Durão e os Delegados Cristóvão Cardoso e Manoel Ferraz para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão de inquérito administrativo para apurar a conduta de Palha Júnior e as irregularidades por ele praticadas à frente da Subsecção de Vigilância do Méier.<sup>5</sup>
- 24/05/1943: Presta declarações ao delegado encarregado do inquérito.

---

<sup>4</sup> Prontuário n° 37.615. Fundo BR RJAPERJ POL - Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Acervo permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A síntese mencionada foi realizada com a contribuição do pesquisador Eduardo Cavalcante, a quem eu aproveito a ocasião para agradecer a dedicação em colaborar com a pesquisa.

<sup>5</sup> Trata-se do inquérito administrativo n° 22 de 1943 da Delegacia de Estrangeiros. Ainda não localizado.

- 29/05/1943: Deu entrada no Juízo da 7ª Vara Criminal o inquérito procedido na Delegacia dos Estrangeiros, por ordem do Coronel Chefe de Polícia, Alcides Etchegoyen, no qual Palha Júnior foi acusado de praticar graves irregularidades à frente da Diretoria Geral de Investigações (D.G.I) do Méier. Detido sob a alegação da prática de corrupção passiva por ter recebido dinheiro do jogo do bicho com a finalidade de permitir a prática do mesmo, acabou sendo processado, enquadrado no Artigo 317, parágrafo 1º, combinado com os Artigos 158 e 317, parágrafo 1º e 333, parágrafo único, do Código Penal.<sup>6</sup> Foi suspenso de suas atividades a bem do serviço público.
- 14/09/1943: requisitada uma sessão do Tribunal do Júri, visando à instrução do processo instaurado para apurar as irregularidades cometidas por Palha Júnior, na qual deveriam ser ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Essa sessão foi presidida pelo Juiz Roberto João da Silva Medeiros, atuando como Promotor Alcides Gentil. O julgamento se estende até o mês de dezembro.
- 07/12/1943: *Habeas Corpus* no Supremo Tribunal Federal.<sup>7</sup> Relator: Ministro Goulart de Oliveira. Pacientes e recorrentes: Francisco Fernandes Palha Júnior e outros. Recorrido: Tribunal da Apelação. – Negaram provimento, ao recurso, unanimemente. – Vencido na preliminar de não se conhecer do *habeas-corpus*, em vista do estado de guerra, o Ministro Bento de Faria. Usou da palavra, pelo paciente e recorrente, o advogado Dr. Alberto de Castro Pinto.
- 09/12/1943: É demitido a bem do serviço público do seu cargo de detetive classe G através de um decreto elaborado pelo Ministério da Justiça e assinado pelo chefe do governo.
- 17/12/1943: Teve pedida a sua condenação pelo Promotor Edmilson Falcão, da 7ª Vara Criminal, após o membro do Ministério Público apresentar as suas razões por escrito. Além dele, tiveram também suas condenações solicitadas os detetives Aristides Dias Ferro, Agostinho Teixeira, João Dantas de Melo, Hércules Castellano Beleza, Alcides da Silva Bastos, Lauro de Oliveira Campos e Salvador Góes, bem como os contraventores Orlando Nicolau Orofino, Carlos Ruckof

<sup>6</sup> Trata-se do processo criminal nº 16.573 de 1943 do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ainda não localizado.

<sup>7</sup> Processo nº 28.595. Autos não localizados. Somente o acórdão, preservado no Arquivo do STF.

Eckstein Filho, Pedro Leitão de Albuquerque, João Gomes Jorge, Juvenal Pimenta e Aires Marques Fernandes.

- 26/01/1944: Foi solto do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar.
- 28/06/1944: Todos foram absolvidos através de um despacho assinado pelo juiz da 7ª Vara Criminal Fausto do Nascimento. A Promotoria, após ter ciência da decisão tomada, apelou da sentença de absolvição, pleiteando e reafirmando a condenação de todos os acusados.
- 19/07/1944: A 1ª Câmara do Tribunal de Apelação reformou a decisão do juízo da 7ª Vara Criminal, que o havia livrado da pena pedida pelo Ministério Público, mantendo a condenação contra ele, além de condená-lo a um ano de reclusão e ao pagamento de multa de Cr\$ 3.000,00. Além disso, foi incurso no Artigo 317 do Código Penal, perda da função pública, ex-vi do disposto no Artigo 668 nº 1, do mesmo código. Foi relator o Desembargador Carneiro da Cunha e revisores Desembargadores Toscano Espínola e Mafra de Laert e Desembargador Ademar Tavares. Já os contraventores Orlando Nicolau Orofino, João Gomes Jorge, Juvenal Pimenta e Aires Marques Fernandes foram condenados a um ano de reclusão, multa de Cr\$ 1.000,00 e incursos no Artigo 333 do Código Civil.

### **Um panorama da trajetória noticiada pelos periódicos cariocas (1917-1948)**

Apresentadas as principais informações a respeito do investigado, este subcapítulo apresenta os resultados iniciais da análise feita a partir do levantamento de notícias que mencionam nominalmente Chico Palha nos periódicos do período.

Antes de apresentar os gráficos com os resultados advindos do levantamento de dados, ressalta-se que a partir de agora partirei de um referencial teórico específico para a interpretação dos dados e proposição das hipóteses. A teoria que norteia o raciocínio sobre a circulação da informação e o papel das mídias para a formação da opinião pública é o *agenda-setting*, ou simplesmente *agendamento*. Ao adotá-la, significa que se partirá de alguns pressupostos básicos:

- ✓ A imprensa não reflete a realidade, mas a constrói a partir de critérios de noticiabilidade e interesses editoriais.
- ✓ A imprensa influencia a percepção do público sobre a importância relativa dos temas, problemas e pessoas na agenda pública.

- ✓ A imprensa pode não ser bem sucedida em dizer às pessoas o que pensar, mas é impressionantemente bem sucedida em dizer às pessoas sobre o que pensar.

Davi de Castro sintetiza o agendamento como a capacidade dos meios de comunicação de massa em dar ênfase a determinado tema e pela possibilidade de os indivíduos incluírem esse tema em sua lista de prioridades após o contato com a informação mediada pelo veículo midiático. Nesta perspectiva, os membros da audiência não são seres autômatos à espera de serem programados pelos veículos de notícia. O papel central atribuído aos veículos noticiosos se justifica, então, pela capacidade deles em definir itens para a agenda pública, isto é, os assuntos comentados pelas pessoas. (Castro, 2014, p. 201).

Subentende-se a partir da Teoria do Agendamento que o acompanhamento praticamente diário da atuação policial de Francisco Palha em determinados momentos da sua trajetória policial colaborou para que as pessoas comentassem os seus feitos impulsionando a sua fama pública. Diante dos resultados apresentados nos gráficos abaixo, veremos que essa pauta pública recebeu um claro direcionamento apologético por parte da grande imprensa impressa.

Marialva Barbosa, ao caracterizar a produção midiática a partir dos anos 1920, acaba por fazer uma síntese do tipo de documentação selecionada para análise nesse estudo: as notícias policiais. Os primeiros passos de Chico Palha como investigador da Polícia Civil são simultâneos a um processo de reconfiguração do jornalismo da época. Além do aparecimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista, que fará do escândalo e dos dramas do cotidiano o destaque de seu conteúdo, surgem jornais estruturados em moldes empresariais, grupos isolados que passam a dominar mais de um título (Barbosa, 2007, p. 48). Os conglomerados midiáticos estão nascendo.

Barbosa assim descreve as histórias contidas nas narrativas enunciadas:

Envolvendo crimes, desastres, roubos, incêndios, enfim, as tragédias diárias, transportam para os textos um Rio de Janeiro construído de lugares existentes e personagens perfeitamente identificáveis. A sociedade parece de tal forma contida nessas narrativas que o leitor tem a impressão de participar daquela realidade. Composto o texto a partir de um mundo, o repórter gera um novo mundo: um mundo que mescla realismo e romance, uma vez que a estrutura narrativa lembra a dos romances folhetins, ainda que os personagens sejam retirados da realidade. Ao procurar transpor a realidade para a narrativa, o autor dessas notícias procura construir personagens e representações arquetípicas. Quando isso ocorre, a narrativa passa a representar a existência, atingindo, em consequência, diretamente o público. Não é representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas

a sugestão de uma certa generalidade. O público é, assim, movido tanto pelo inusitado da trama quanto pela participação - ainda que indireta - na vida daqueles personagens. (Barbosa, 2007, p. 50).

Duas marcas das narrativas midiáticas da grande imprensa do período mencionadas no recorte acima, são os pilares para a construção argumentativa que está por vir: a confluência entre romance e realismo e a construção de representações arquetípicas. Vejamos primeiramente os resultados do levantamento do material, para em seguida refletir sobre como tais premissas podem elucidar a cobertura midiática da trajetória de Chico Palha.

As notícias foram agrupadas, ordenadas e classificadas. Ao todo 881 notícias em um período que vai desde 1917, ano de ingresso na Guarda Civil, até 1948, ano da última notícia referenciando o pesquisado. Citações nominais a Francisco Palha foram encontradas nos seguintes veículos: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Diario da Noite*, *Gazeta de Noticias*, *O Globo*, *O Jornal*, *Diario Carioca*, *O Paiz*, *A Época*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *A Rua*, *Jornal do Commercio*, *A Razão*, *O Brasil*, *A Manhã*, *Revista Criminal*, *A Esquerda*, *A Critica*, *O Fluminense*, *A Batalha*, *Diario de Noticias*, *O Radical*, *A Nação*, *O Estado* (SC) e *Correio Paulistano* (SP).

O primeiro gráfico apresenta uma tipologia das manchetes envolvendo Francisco Palha em um recorte temporal que vai do seu ano de ingresso na Guarda Civil até o último em que foi possível localizar uma notícia repercutindo o julgamento e a condenação do ex-policial. Das 881 menções em 348 (40%) foram manchetes cujos casos eram isolados e não tiveram repercussão em nenhum outro jornal ou edição do mesmo periódico. Somando as notícias de uma publicação àquelas com no máximo duas chegamos ao número expressivo de 520 do total de 881, o equivalente a 59%. Propus essa tipologia com o objetivo de evidenciar o tipo de cobertura superficial, ainda que porventura contínua, da imprensa policial do período.

Vale lembrar que as notícias englobadas no levantamento foram praticamente todas noticiadas pela imprensa de grande circulação na cidade, localizada sobretudo na região central da cidade. Por se tratar de ocorrências registradas em delegacias suburbanas, na maioria dos casos relacionados a Chico Palha, os repórteres policiais desses veículos de comunicação nem chegavam a comparecer às delegacias distritais do 19º e 23º D.P's. Os responsáveis por relatar as ocorrências eram os próprios policiais que estivessem de plantão, que telefonavam para as redações dos jornais para contar os feitos

do dia. Isso ajuda a explicar a formatação padrão de vários relatos e a publicação deles em textos idênticos ou muito similares em diferentes periódicos.

A Figura 2 quantifica as notícias veiculadas a partir do seu ano de publicação. Esse olhar panorâmico proporcionado pelo gráfico permite que a trajetória de Chico Palha como agente público de segurança no Distrito Federal ao longo de mais de 25 anos seja dividido em três partes: um período com raras menções entre 1917 e 1925 marca a fase ordinária da carreira policial de Palha. Não se notabilizava como um policial que merecesse ter seu nome devidamente exposto. No espaço de oito anos, seu nome foi mencionado nos jornais 40 vezes, uma média de 5 aparições anuais. Nos 8 anos seguintes, entre 1926 até 1934, ano em que assume a chefia da D.G.I no Méier, Palha vive o apogeu da repercussão das suas ações na imprensa. Das 881 aparições em manchetes, 700 (79%) foram produzidas aqui.

É notório perceber que mesmo com um volume bem relevante, a partir de 1931 houve um contínuo processo de queda no número de menções ao seu nome, o que crédito não a uma perda de relevância da sua figura, mas a fatores macropolíticos relativos ao fim da Primeira República e a nova ordem representada pela ascensão de Vargas. Uma linha de interpretação possível é que o noticiário policial do subúrbio carioca tenha perdido espaço para os eventos políticos que movimentaram o centro do poder longe das áreas mais afastadas.

Por fim, os últimos 8 anos, de 1935-1943 representam uma conjunção de fatores que ajudam a explicar os números inexpressivos de alguém que ostentou seu nome nas manchetes rotineiramente nos anos anteriores. Como fator externo, é indissociável o baixo número de menções ao seu nome com as dificuldades impostas na cobertura da imprensa no período, com maior contundência a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo. Como fator interno à organização policial está a transferência de distrito e a mudança de função, já comentada anteriormente, que resultou em menos ocorrências na rua e por consequência menor atuação direta de Palha na resolução de casos.

A última figura é uma tipologia das notícias envolvendo Chico Palha quanto ao teor da notícia no que tange a sua atuação policial. Foram criadas cinco categorias para a classificação das manchetes: positiva, negativa, neutra, dúbia e não se aplica. Foram enquadradas como positivas as publicações com adjetivações positivas quanto ao papel desempenhado por Palha, mas também aquelas que mesmo sem elogios explícitos

contaram com a sua participação e tiveram uma resolução positiva, como por exemplo a prisão de supostos criminosos. As enquadradas como negativas contam com críticas a sua figura ou críticas indiretas a ele por atacar as forças policiais naquele caso. Já as neutras não demonstraram notório enviesamento, fosse positivo ou negativo. As dúbias foram os relatos em que há uma avaliação positiva e negativa da atuação policial dentro da mesma publicação. Na maior parte dos casos, era um elogio à figura de Francisco Palha ao mesmo tempo em que se fazia a crítica ao trabalho da Polícia Civil. Aquelas que não noticiavam nada sobre a atuação profissional de Palha, mas o mencionaram por motivos diversos ficaram na categoria “não se aplica”. Salta aos olhos o número elevado de notícias positivas e o reduzido de negativas. 671 das 881 representam 76% de menções favoráveis enquanto 71 das 881 representam 8% de citações pejorativas.

### **Chico Palha: um herói interessante para as autoridades policiais e para a grande imprensa**

Faz-se necessário mais um posicionamento teórico desse estudo para compreensão do argumento central do trabalho que é o processo de “*heroicização*” da figura de Chico Palha. A pesquisa e os autores citados adiante estão situados no campo dos *Estudos Narrativos*. De acordo com Marcelo Bolshaw Gomes, como campo de reflexão teórica, tais estudos são formados por quatro escolas: a) os estudos clássicos extraídos da *A Poética* de Aristóteles; b) os estudos míticos baseados na Psicologia; c) os estudos estruturalistas e; d) os estudos hermenêuticos (Gomes, 2017, p. 237). Pressupostos assumidos a partir da quarta corrente, a dos estudos hermenêuticos, alinhados a um referencial teórico da segunda corrente, a ideia de arquétipo, fundamentam a hipótese a ser desdobrada nos parágrafos a seguir.

O principal expoente dos estudos narrativos hermenêuticos é Paul Ricoeur, que consegue, para Gomes, agregar contribuições das três correntes anteriores em suas formulações. A tese central da trilogia *Tempo e Narrativa* é afirmar a identidade estrutural entre historiografia científica e narrativa ficcional. Ricoeur afirma que não há diferenças estruturais entre as narrativas reais e as imaginárias. Narrar histórias é enredar pessoas também em textos científicos e jornalísticos. Dos autores que realizam análises de narrativas, optou-se por Luiz Gonzaga Motta, identificado por Gomes como principal introdutor das ideias de Paul Ricoeur no estudo do Jornalismo (Ricoeur apud Gomes,

2017, p. 240-241), primordial para essa pesquisa cujo *corpus* documental base são notícias veiculadas em jornais.

Motta compreende a narrativa como “o nexos de uma relação entre interlocutores”. São os aspectos dessa relação que interessa compreender. Para não perder o viés crítico de análise, deve-saber que

As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de perderem o seu objeto determinante. As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou audiência (MOTTA, 2013, p. 120-121).

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa requer, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência entre o narrador, alguém que construiu sua expressão narrativa, e o interlocutor, alguém induzido a interpretar os fenômenos relatados conforme a intenção do primeiro (Motta, 2013, p. 127).

A análise pragmática do processo de comunicação de Motta propõe três instâncias de análise: o plano da expressão (linguagem ou discurso), o plano da estória (*story* ou conteúdo) e o plano da metanarrativa (tema de fundo) (Motta, 2013, p. 134-135). Como proposta para esse artigo, limitaremos a análise ao plano da metanarrativa. Este é o plano da estrutura profunda, menos formal e mais abstrato, que evoca imaginários culturais, cuja dimensão ética ou moral integram as ações da estória como um pano de fundo (Motta, 2013, p. 138). E como proposta de análise da metanarrativa que perpassa a trajetória noticiada de Francisco Fernandes Palha Júnior, recorro a um autor da segunda corrente dos Estudos Narrativos, que desdobra no campo literário a ideia de arquétipo, elaborada na psicologia analítica de Carl Gustav Jung.

O livro “A Jornada do Escritor”, do roteirista Christopher Vogler, apresenta uma estrutura mítica para escritores, baseada na teoria da *Jornada do Herói* de Joseph Campbell (Campbell, 1989). Segundo Vogler, todas as histórias heróicas seguem um padrão comum, que consiste em doze etapas pelas quais o herói passa em sua aventura. Essas etapas são: 1) O mundo comum; 2) O chamado à aventura; 3) A recusa do chamado; 4) O encontro com o mentor; 5) A travessia do primeiro limiar; 6) Testes, aliados e inimigos; 7) A aproximação da caverna oculta; 8) A provação suprema; 9) A recompensa; 10) O caminho de volta; 11) A ressurreição; 12) O retorno com o elixir (Vogler, 2015). Devido à complexidade da tarefa, não me proponho aqui a mostrar os pontos de

conciliação na trajetória de Chico Palha com os estágios da teoria da Jornada do Herói de Vogler, mas iniciar tal discussão com base nas características do arquétipo do herói.

Os arquétipos são expressões das partes que compõem uma personalidade completa (Vogler, 2006, p. 56). Para Vogler, o arquétipo é uma ferramenta indispensável para se compreender o propósito ou a função dos personagens em uma história. Pode-se pensar nos arquétipos como máscaras, usadas temporariamente pelos personagens à medida que são necessárias para o avanço da história (Vogler, 2006, p. 48-49). Tal afirmação de Vogler ecoa as ideias das máscaras sociais do clássico *A representação do eu na vida cotidiana* de Erving Goffman, cuja contribuição é fundamental para os Estudos Narrativos. Na obra, Goffman se apropria de conceitos da Teoria do Teatro para analisar as relações sociais. Para Goffman, a representação faz parte integrante da vida cotidiana, na qual o relacionamento social é montado como uma cena teatral, com seu cenário, seus adereços e seu *script*, por meio da qual os atores se dirigem às audiências encenando determinados papéis (Gomes, 2017, p. 241; Goffman, 2013).

Percebe-se como pertinente ao objeto de estudo do artigo tal teoria pela assunção do agente policial de seu papel social como defensor da ordem, da justiça e da moralidade. Com a fama, da mesma forma, portanto, que Chico Palha se reconhecia como baluarte nos meios policiais de sua época, suas ações eram performadas a partir dessa percepção. E essa autoimagem, reverberada nas malhas policiais e pelos principais veículos de imprensa da época, era a de um herói.

A palavra herói vem do grego, de uma raiz que significa "proteger e servir". Um herói é alguém que está disposto a sacrificar suas próprias necessidades em benefício dos outros. A raiz da ideia está ligada a um sacrifício de si mesmo. O propósito dramático do herói é proporcionar aos interlocutores “uma janela para a história”, nas palavras de Vogler. Os heróis têm qualidades com as quais podemos nos identificar e nos reconhecer. São impelidos por impulsos como o desejo de ser amado e compreendido, de ter êxito, de sobreviver, de ser livre, de obter vingança, de consertar o que está errado, de buscar autoexpressão. As histórias nos convidam a investir neles uma parte de nossa identidade pessoal, enquanto dura a experiência. Em certo sentido, durante algum tempo, nós nos projetamos na *psique* do Herói, vemos o mundo com seus olhos (Vogler, 2006, p. 52-53).

Eles devem ter qualidades, emoções e motivações comuns: vingança, raiva, desejo, competição, territorialidade, patriotismo, idealismo, cinismo, desespero etc. Mas os Heróis também precisam ser únicos, sendo assim uma mescla entre universalidade e

originalidade. O que ressalta tal originalidade é uma combinação única de muitas qualidades e impulsos, alguns deles conflitantes. E quanto mais conflitantes, melhor. Um personagem que tenha uma combinação única de impulsos contraditórios, como confiança e suspeita, ou esperança e desespero, parece mais realista e humano do que outro que apresente apenas um traço de caráter e por isso mais comovente (Vogler, 2006, p. 53).

Para findar essa discussão conceitual em torno da ideia de herói, destaco a relação essencial entre o heroísmo e a capacidade de sacrifício, inclusive da própria vida. É comum que se priorize atributos como força ou coragem, mas essas qualidades são secundárias em relação à capacidade de sacrifício, esta sim a principal marca do herói, de acordo com Vogler. No âmago de toda história existe um confronto com a morte, seja ela real ou simbólica (Vogler, 2006, p. 54). Concluo o artigo, exemplificando o processo de *heroicização* da figura de Francisco Palha dimensionando a cobertura midiática, a partir de um estudo de caso de evento ocorrido em meados de 1930.

O anoitecer do dia 13 de maio de 1930 se aproximava quando dois investigadores do 23º Distrito Policial, Francisco Palha e Joaquim Teixeira, cumprindo ordens do delegado Lino Martins, dirigiram-se a Madureira, especificamente ao largo homônimo. Tal localidade era próxima ao mercado e em frente à estação de Magno da Linha Auxiliar – atual estação Mercadão de Madureira do Ramal Belford Roxo. Foram incumbidos pela chefia de apreender armas. Ao se aproximarem do local, um suposto comício de caráter comunista que vociferava contra o Presidente da República e contra a classe burguesa ocorria diante de uma multidão. Teixeira interpele o orador principal do evento, de nome Octavio Brandão, identificado como chefe comunista, a interromper o comício imediatamente. Uma fala dita pelo chefe enfureceu os populares que partiram para cima de Teixeira e Palha com socos e pontapés. Nosso investigado foi alvejado com um tiro no pescoço e seu companheiro desmaiado após o linchamento foi arrastado e jogado na linha do trem. Ambos foram resgatados por um fiscal da Light chamado Dantas.

Tal narrativa com os rostos dos dois policiais envolvidos estampou as páginas do jornal *A Noite* no dia seguinte com a manchete: “A AUDACIA CRIMINOSA DOS COMUNISTAS – num comício, em Madureira, atiram contra a policia – DOIS INVESTIGADORES FERIDOS” (A NOITE, 1935, p. 1; 5). Com mais ou menos detalhes, contando com o mesmo teor heroico aos policiais e condenatório aos participantes do comício noticiaram o caso entre os dias 14 e 15 os jornais *Correio da*

*Manhã, Diário da Noite, Gazeta de Notícias (2 edições), O Globo, O Jornal, Diário Carioca e O Paiz.*

Em pequena nota reparatória, no entanto, publicada no dia 17, quatro dias depois do evento, exclusivamente pelo jornal *Diário da Noite*, o inquérito policial instaurado para apurar as origens do comício revelou se tratar na verdade de um protesto sem relações com o comunismo. O motivo da revolta, apontado pelo jornal, seriam os abusos cometidos durante a campanha autoritária e violenta promovida pela 4ª Delegacia Auxiliar contra as “armas proibidas” e executada pelas autoridades policiais do 23º D.P. (DIÁRIO DA NOITE, 1935, p. 3). Nesse momento, não me vem à cabeça outro pensamento que não seja o postulado clássico de Jacques Le Goff: "Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva" (Le Goff, 1990, p. 348).

Concluo que a Polícia Civil do Rio de Janeiro, nos mais variados estágios pelos quais atravessou entre as décadas de 20 a 40, aproveitou-se da notoriedade de um de seus membros para propagandear sua função de mantenedora da ordem e da moralidade social. Esse policial, famoso pela truculência em seus métodos de abordagem e diligências, teve exaltado aspectos de sua personalidade pela cobertura jornalística: virilidade, coragem e disposição para combater o crime foram instantaneamente vinculados à instituição de segurança a qual integrava. A corporação, na maior parte do tempo, entendia como benéfica para ela que esse agente estivesse na agenda pública, estimulando, inclusive, promoção em sua carreira apesar das menções a abusos. Ele ocupava um papel de referência interna, servindo como modelo de bom policial para os demais. Quando foi constatado um desequilíbrio demasiado entre ônus e bônus nessa balança (prisão por corrupção passiva) foi sumariamente removido dos quadros da Polícia Civil e simultaneamente abandonado pelas redações jornalísticas.

Ao longo dos anos Francisco Palha ocupava um *status* praticamente ilibado perante a imprensa de massa, com raros posicionamentos criticando a sua ação. Chico Palha pode ser enquadrado na metanarrativa do herói, pois mesmo quando o teor da cobertura é negativo, na maioria dos casos, o ataque é direcionado à instituição, elogiando apesar disso a sua postura. É o policial-herói em sua jornada para combater o crime, superando os obstáculos que surgem – a imprensa tendenciosa, a falta de estrutura e a corrupção no meio policial –, símbolo polarizador que cativava a atenção dos leitores, fossem eles apoiadores ou detratores.

### Considerações finais

O artigo recontou a trajetória noticiada de um antigo integrante da Polícia Civil do Rio de Janeiro, além da reverberação do seu *modus operandi* em um samba do período. Foi reunido e analisado o noticiário relativo ao guarda civil e investigador Francisco Fernandes Palha Júnior (1891-1964), vulgo Chico Palha, entre os anos de 1917 a 1948. O número elevado de prisões, bem como a truculência e os abusos cometidos nas diligências fizeram com que ele se tornasse figura notória dentro e fora dos meios policiais. As denúncias sobre violência não significaram, contudo, um obstáculo na escalada dentro da carreira policial e nem foram responsáveis pela sua demissão.

Considerando a cobertura contínua e duradoura da atuação diária desse agente da lei e da repressão, a problemática da pesquisa era pensar em como os periódicos em circulação no antigo Distrito Federal fomentaram com seus diferentes pontos de vista um debate público sobre o modelo ideal de polícia. O objetivo do artigo, sendo assim, era relacionar a atuação da Polícia Civil do Rio de Janeiro à cobertura policial da imprensa escrita carioca. Empregando métodos quantitativos e qualitativos, a pesquisa esteve fundamentada no agendamento para a coleta, categorização e interpretação das notícias relativas ao servidor público.

Os resultados preliminares apontaram para tendências de postura na cobertura midiática. Chico Palha foi plenamente exaltado, encontrando episódicas referências negativas ao seu nome, por vezes sendo tratado como uma exceção dentro de uma estrutura policial precária e ineficiente. Foi sugerido que a imprensa da época tentou pautar a agenda pública sobre um modelo de policial-herói cuja personalidade fosse a de um homem destemido, impetuoso e incorruptível, viés que se mostrou benéfico tanto para a Polícia Civil quanto para os grandes veículos de imprensa do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O samba dedicado ao investigador, por sua vez, em tom crítico, apresentou-se como uma resposta ao silenciamento da imprensa de massa diante dos abusos cometidos pelo servidor no exercício da profissão, ainda que não tenha alcançado repercussão midiática à época, estando de fora dos círculos das gravadoras da cidade.

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Aprova o regulamento da Inspeção de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14079-25-fevereiro-1920-515945-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903. Dá regulamento ao serviço policial do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4763-5-fevereiro-1903-504295-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902. Reforma o serviço policial no Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Pensamento, 1989.

CAMPOLINO, N.; HÉLIO, T. *Delegado Chico Palha*. Intérprete: ZECA PAGODINHO. In: *Água da minha sede*. Rio de Janeiro: PolyGram, 2000. CD.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. *Intexto*, Porto Alegre, n. 31, p. 1-24, jul./dez. 2014.

DANTAS, Leila. *O samba urbano contemporâneo e sua desafricanização: um estudo sobre as transformações do samba no bairro da Lapa entre os anos 2000 e 2017*. 104f. 2018. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24616/tese%20final%2009%2008.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL. Prontuário nº 37.615 de 1943. Fundo BR RJAPERJ POL - Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA NOITE. Ainda o Comício de Madureira. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 17 maio 1935. Edição 189.

*DIÁRIO DA NOITE*. A audácia criminosa dos communistas. Diário da Noite, Rio de Janeiro, 13 maio 1935. Edição 6642.

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. *Nilton Campolino*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<<https://dicionariompb.com.br/artista/nilton-campolino/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

FONSECA, Christian Gonçalves Vidal da. O Morro Não Tem Vez? Ressonâncias de Uma Política Republicana Excludente nas Obras de Leci Brandão e Bezerra da Silva. *Historiador*, n. 10, p. 90-106, março de 2018. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/download/192/196>. Acesso em: 30 nov. 2024.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A narrativa midiática: mediações dos acontecimentos. *Triade*, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 230-246, jan./jun. 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP. São Paulo, 1990.

MACEDO, Joaquim Potyguara de. Ofício nº 1018 ao Chefe de Polícia Aurelino de Araújo Leal propondo a nomeação de Francisco Fernandes Palha Júnior como guarda civil de reserva. 28 abr. 1917. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Notação: BR ANRIO IJ6 622.

MORAES, Caio Sérgio de. *A Cidade do Feitiço: Feiticeiros no Cotidiano Carioca Durante as décadas iniciais da Primeira República - 1890 a 1910*. 163 f. 2017. (Dissertação de Mestrado) -- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2125.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, Jorge Luiz do. Violência policial, racismo e resistência: notas a partir da MPB. *Contexto*, n. 35, p. 193-218, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/contexto/article/download/23023/15556>. Acesso em: 30 set. 2024.

PALHA, Laerte; PALHA, Jorge. *Chico Palha e sua sina*. Não publicado, 2020.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos. Quem Caminha e quem Marcha. In: *Marchar não é Caminhar: Interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro contra os processos de Intolerância Religiosa (1950-2008)*. Rio de Janeiro: Pallas, 2019, p. 220-279.

SANTOS, Pedro Henrique Souza dos. *Discursos sobre o samba e os sambistas no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13395?show=full>. Acesso em: 30 set. 2024.

SECRETARIA DA POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL. Edital do concurso para provimento do cargo de investigador de 3ª Classe da Inspetoria de Investigação e de Segurança Pública. 17 jul. 1920. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Notação: IJ6 553.

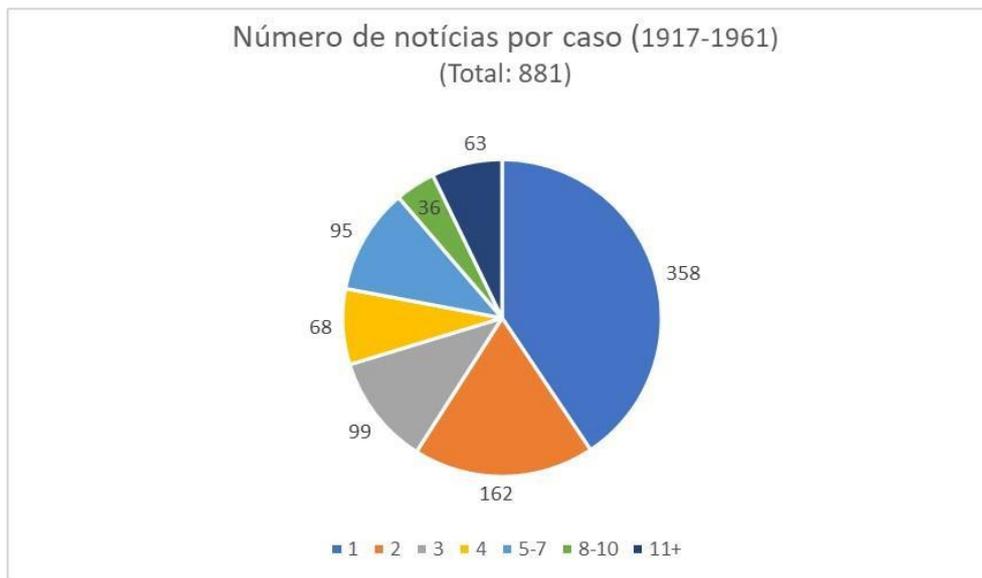
SILVA, Cyro Advincula da. *A Polícia do Rio na República*. São Paulo: Clube de Autores, 2021.

VOGLER, Christopher. *A Jornada do Escritor: Estrutura Mítica para Escritores*. São Paulo: Aleph, 2015.

## Anexos

Figura 1 – Número de notícias por caso (1917-1948)

Total: 881



Fonte: Imagem criada pelo autor

Figura 2 – Número de notícias por ano (1917-1948)

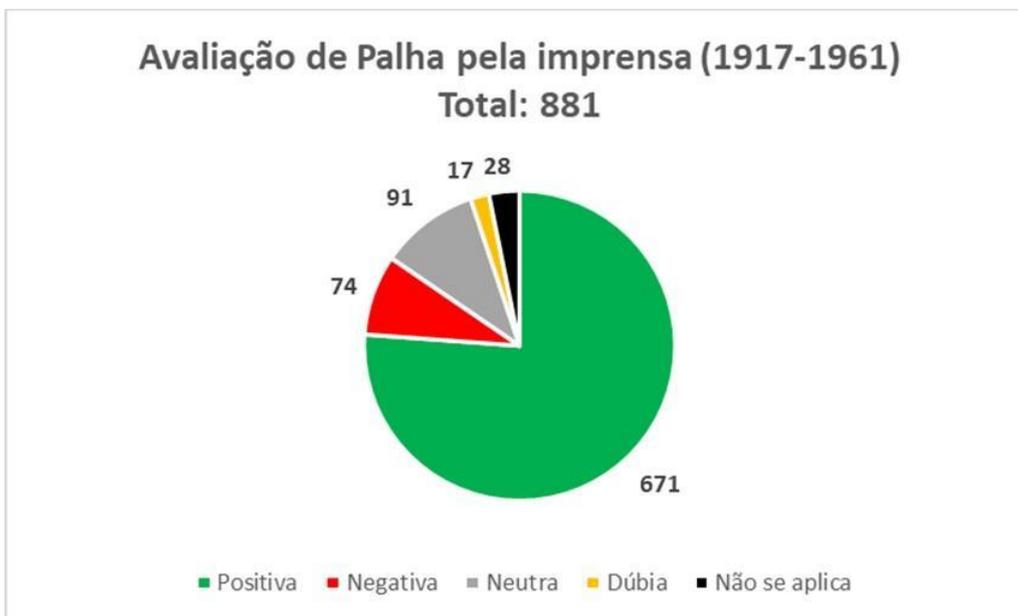
Total: 881



Fonte: Imagem criada pelo autor.

Figura 3 – Avaliação pela imprensa (1917-1948)

Total: 881



Fonte: Imagem criada pelo autor.